



Prefeitura  
Municipal de  
Cordeirópolis



Mensagem nº 0392005.

Cordeirópolis, 24 de novembro de 2005.

Recebido(a) em <u>14/12/2005</u> Às <u>13:12</u> Horas <i>[Assinatura]</i> PROTOCOLO
---

Excelentíssimo Senhor Presidente

Honra-nos vir à presença de **Vossa Excelência**, com a finalidade precípua de submeter ao crivo abalizador dessa **Egrégia Casa Legislativa**, o incluso projeto de Lei que dá nova redação a Ementa e ao artigo 1º da Lei Municipal nº 2269, de 13 de julho de 2005.

Em face da necessidade de se regularizar o processo de parcelamento de débitos oriundos de contribuições sociais e acessórias, do Hospital e Maternidade de Cordeirópolis, para com o Instituto Nacional de Seguridade Social, o **Poder Executivo**, através do presente, está se encaminhando para deliberação dessa Nobre **Casa de Leis**, o presente Projeto de Lei, em atendimento ao solicitado no Of.093/05 - hmc, em anexo, datado de 21 de outubro de 2005.

Enunciados, assim, os motivos determinantes de nossa iniciativa, solicito que a sua apreciação se de em regime de urgência, nos termos do artigo 53 seus parágrafos, da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis.

Por tudo o exposto, depois de acurada análise por parte desse magnânimo **Poder Legislativo**, em face da importância da matéria aqui tratada, espera que o presente Projeto de Lei mereça ao final a sua competente e concernente aprovação.

Sendo só o que nos oferece para o momento, certo de que essa **Colenda Edilidade** saberá assimilar a importância da propositura em tela, aproveito a oportunidade para incrustar na presente meus protestos de consideração e distinto apreço.

Atenciosamente,

  
**CARLOS CÉZAR TAMIAZO**  
Prefeito Municipal

Ao  
Exmo Senhor  
CRISTIANO ANTONIO GUARASEMIN  
D.D. Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis.



Prefeitura  
Municipal de  
Cordeirópolis



**Projeto de Lei nº 103**  
**de de novembro de 2005**

**Dá nova redação a Ementa e ao artigo 1º da Lei Municipal nº 2269, de 13 de julho de 2005.**

**Art. 1º** - A ementa e o artigo 1º da Lei Municipal nº 2269, de 13 de julho de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

**Ementa** – Dispõe sobre parcelamento de débitos oriundos de contribuições sociais e acessórias, do Hospital e Maternidade de Cordeirópolis, até a competência de dezembro de 2004, e dá outras providências.

**Art. 1º** - Fica o **Poder Executivo** autorizado a firmar em nome do Município de Cordeirópolis, com o **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** Acordo de Parcelamento ou Reparcimento de débitos oriundos de contribuições sociais, bem como as decorrentes de obrigações acessórias, até a competência de dezembro de 2004, da **Autarquia Municipal - Hospital e Maternidade de Cordeirópolis**, nos valores atualizados para julho de 2005, **Processo nº 35.355.959-8** (objeto do termo/Aditivo ao parcelamento 206/99 nos termos da MP 18919/99) = **R\$ 534.849,49** + honorários, **Processo nº 35.755.090-0** (objeto do parcelamento Convencional Adm) = **R\$ 375.435,43**; **Processo nº 35.355.960-1 e 35.517.410-3** (objeto do parcelamento Convencional Judicial) = **R\$ 597.265,30** + honorários e **R\$ 648.922,34** + honorários, atualizados até março de 2005, na forma da Medida Provisória nº 1571-3, de 17 de julho de 1997.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**, aos de 2005, 57  
da Emancipação Político Administrativa do Município.

  
**CARLOS CEZAR TAMIAGO**  
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de  
Cordeirópolis

Cordeirópolis

**Lei nº 2269**  
**de 13 de julho de 2005.**

Dispõe sobre parcelamento de débitos oriundos de contribuições sociais e acessórias, do Hospital e Maternidade de Cordeirópolis, até a competência de outubro de 2003, e dá outras providências.

***O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS***, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**Faço Saber** que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o **Poder Executivo** autorizado a firmar em nome do Município de Cordeirópolis, com o **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** Acordo de Parcelamento ou Reparcèlement de débitos oriundos de contribuições sociais, bem como as decorrentes de obrigações acessórias, até a competência outubro 2003, da **Autarquia Municipal - Hospital e Maternidade de Cordeirópolis**, nos valores atualizados para julho de 2005, **Processo nº 35.355.959-8** (objeto do termo/Aditivo ao parcelamento 206/99 nos termos da MP 18919/99) = **R\$ 534.849,49** + honorários, **Processo nº 35.755.090-0** (objeto do parcelamento Convencional Adm) = **R\$ 375.435,43**; **Processo nº 35.355.960-1 e 35.517.410-3** (objeto do parcelamento Convencional Judicial) = **R\$ 597.265,30** + honorários e **R\$ 648.922,34** + honorários, atualizados até março de 2005, na forma da Medida Provisória nº 1571-3, de 17 de julho de 1997.

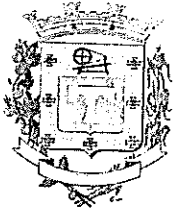
**Parágrafo Único** - Os valores a que se refere este artigo poderá ser atualizado monetariamente na forma da Lei.

**Art. 2º** - A importâncias que vierem a ser descontadas da quota-parte municipal do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou recolhidas pela Prefeitura Municipal, ser-lhe-ão ressarcidas, pela Entidade da Administração Indireta, proporcionalmente aos seus débitos parcelados de acordo com esta lei.

**Art. 3º** - Para atender as despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o **Poder Executivo** autorizado abrir créditos adicionais especiais ou suplementares, aos orçamentos vigentes, dos respectivos órgãos da administração municipal direta e indireta interessados, até o montante necessário ao cumprimento, no corrente exercício, das obrigações pactuadas.

continua





Prefeitura Municipal de  
Cordeirópolis

Cordeirópolis

Lei nº 2269, de 13.07.05

continuação

fls.02

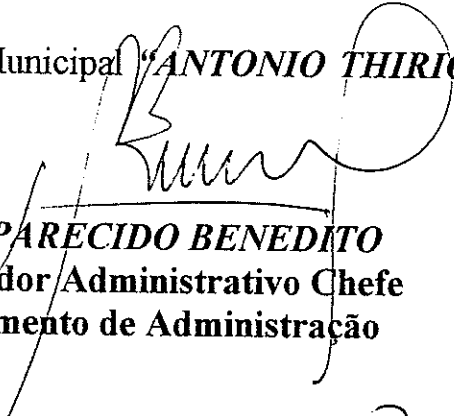
**Parágrafo Único** - Para fazer face às despesas de que trata esta lei, em exercícios futuros, o Órgão responsável fará constar em seus orçamentos às respectivas dotações.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**, aos 13 de julho de 2005, 57 da Emancipação Político Administrativa do Município.

  
**CARLOS CEZAR TAMIAZO**  
Prefeito Municipal

Publicada, e registrada no Paço Municipal "ANTONIO THIRION", em 13 de julho de 2005.

  
**JOSÉ APARECIDO BENEDITO**  
Coordenador Administrativo Chefe  
Departamento de Administração

Publicado no Jornal

Dia 23 / 07 / 05

Pág.

40

REGIONAL



Of.093/05 - hmc

Cordeirópolis, 21 de outubro de 2005

À  
Excelentíssimo Senhor Prefeito  
**CARLOS CESAR TAMIZAZO**  
Prefeitura Municipal  
Cordeirópolis, SP

Ref.: Retificação da Lei nº 2269 de 13/07/05

Honra-nos vir à presença de Vossa Excelência, com a finalidade de solicitar-lhe a retificação da Lei nº 2269 de 13/07/2005, como segue:

Onde se lê:- "... até a competência de outubro de 2003, e da outras providências".

Nova redação:- "... até a competência de dezembro de 2004 e dá outras providências".

Onde se lê:- "... art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar em nome do Município de Cordeirópolis, com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Acordo de Parcelamento ou Reparcimento de débitos oriundos de contribuições sociais, bem como as decorrentes de obrigações acessórias, até a competência de outubro de 2003..."


20.34/05  
21/10/05

Cordeirópolis

Nova redação:- "...art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar em nome do Município de Cordeirópolis, com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Acordo de Parcelamento ou Reparcimento de débitos oriundos de contribuições sociais, bem como as decorrentes de obrigações acessórias, até a competência de dezembro de 2004..."

Sendo só o que nos apresenta para o momento, certo de estarmos agindo conforme, aproveitamos o ensejo para rogar nossos protestos de consideração e distinguindo apreço.

Atenciosamente,

  
TEREZINHA DAMIÃO  
Diretora Presidente



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### PARECER

**PROPOSTA:** Projeto de Lei n.º 103, de 01 de dezembro de 2.005, de autoria do Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Cezar Tamiazo.

**ASSUNTO:** Dá nova redação à ementa e ao art. 1º da Lei Municipal n.º 2.269, de 13 de julho de 2.005.

### **PARECER:**

Trata a presente iniciativa legislativa de Projeto de Lei que dá nova redação à Lei Municipal n.º 2.269, de 13 de julho de 2.005.

A alteração, em sua essência, trata de parcelamento ou reparcèlement de débitos com o INSS, matéria essa de alçada exclusiva do Chefe do Executivo, em se tratando de débitos contraídos pelo Município de Cordeirópolis.

A proposta apresentada está em pleno acordo com o disposto no art. 81, XVI da LOM, inexistindo, portanto, vício de iniciativa.

Não existe, portanto, qualquer impedimento jurídico ao normal prosseguimento da Propositura.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## CONCLUSÃO

Diante do exposto concluo que o Projeto de Lei em apreço é **LEGAL**, estando apto para deliberação Plenária.

É o parecer *Sub Censura*.

Cordeirópolis, 07 de dezembro de 2.005.

  
**CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA**

OAB/SP 195.971





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## REQUERIMENTO

Nos termos dos artigos 134 e parágrafos, e 176, inciso I do Regimento Interno, requeremos a **tramitação em regime de urgência especial** do Projeto de Lei nº. 103, de 1º de dezembro de 2005, do Executivo Municipal, que dá nova redação à ementa e ao artigo 1º da Lei nº 2269, de 13 de julho de 2005, para permitir a correção da data do acordo feito entre o Hospital e Maternidade de Cordeirópolis e o INSS, de parcelamento de débitos, conforme autorização.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 6 de dezembro de 2005.

DAVID BERTANHA

VEREADOR

*aprovado*



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

*Parecer referente a Projeto de Lei nº. 103, de 1º de dezembro de 2005.*

Quanto aos dispositivos regimentais, nada temos a opor, pois nota-se que a propositura preenche todos os requisitos necessários.

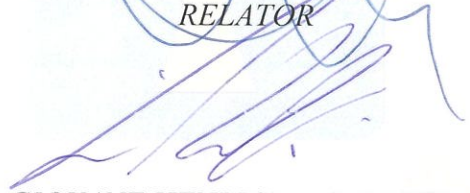
Do ponto de vista legal e constitucional, encontra-se em consonância com as disposições vigentes.

Assim, verificamos que não existem impedimentos para a sua tramitação.

Desta forma, julgamos que o presente projeto está apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2005.

  
REGINALDO MARTINS DA SILVA  
RELATOR

  
GIOVANE HENRIQUE GENEZELLI  
PRESIDENTE

  
JOSUÉ NATANAEL ZANETTI PICOLINI  
MEMBRO



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Parecer sobre o Projeto de Lei nº. 103, de 1º de dezembro de 2005, do Executivo Municipal.**

De acordo com o processo legislativo, o projeto foi enviado à Comissão de Justiça e Redação que, não encontrando impedimentos jurídico-constitucionais ou legais, opinou favoravelmente.

Dando continuidade ao processo legislativo, foi encaminhada a esta Comissão, para que opinasse sobre o mérito do projeto. De nossa parte, concordamos com os argumentos contidos na justificativa que acompanha o presente.


Por este motivo, posicionamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº. 103, de 1º de dezembro de 2005.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2005.

  
SÉRGIO BALTHAZAR RODRIGUES DE OLIVEIRA  
RELATOR

  
FÁTIMA MARINA CELIN  
PRESIDENTE

  
TERESA CHIARADIA PERUCHI  
MEMBRO





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

*Parecer sobre o Projeto de Lei nº. 103, de 1º de dezembro de 2005, do Executivo Municipal.*

De acordo com o despacho do Sr. Presidente, o projeto foi enviado à Comissão de Justiça e Redação, que, não encontrando impedimentos jurídico-constitucionais ou legais, opinou favoravelmente.

De nossa parte, não encontramos nenhum impedimento de natureza financeira ou orçamentária que embarace a aprovação do referido projeto, concordando com os argumentos contidos na justificativa que acompanha o presente.


Por este motivo, posicionamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº. 103, de 1º de dezembro de 2005.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2005.

  
REGINALDO MARTINS DA SILVA  
RELATOR

  
RINALDO DIAS RAMOS  
PRESIDENTE

  
SERGIO BALTHAZAR RODRIGUES DE OLIVEIRA  
MEMBRO



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

Ofício nº. 210/2005 - CMC


Cordeirópolis, 7 de dezembro de 2005.

Senhor Prefeito:

Encaminhamos, através do presente, cópias autênticas dos autógrafos nº 2405 a 2419, provenientes da aprovação de diversos projetos em urgência especial, em regime de urgência e em tramitação ordinária, na 41ª sessão ordinária deste Legislativo, realizada no dia de ontem.

Sendo o que se apresenta, renovo na oportunidade os protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
Prof. CRISTIANO ANTONIO GUARASEMIN  
- Presidente -

A Sua Excelência o Senhor  
CARLOS CEZAR TAMIAZO  
Prefeito Municipal

Protocolo	237/05
237/05	08/12/05





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## Autógrafo nº 2405

**Dá nova redação à ementa e ao artigo 1º da Lei Municipal nº 2269, de 13 de julho de 2005.**

**Art. 1º.** A ementa e o artigo 1º da Lei Municipal nº 2269, de 13 de julho de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Dispõe sobre parcelamento de débitos oriundos de contribuições sociais e acessórias, do Hospital e Maternidade de Cordeirópolis, até a competência de dezembro de 2004, e dá outras providências.”**

**“Art. 1º.** – Fica o Poder Executivo autorizado a firmar, em nome do Município de Cordeirópolis, com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Acordo de Parcelamento ou Reparcèlement de débitos oriundos de contribuições sociais, bem como as decorrentes de obrigações acessórias, até a competência de dezembro de 2004, da Autarquia Municipal Hospital e Maternidade de Cordeirópolis, nos valores atualizados para julho de 2005, Processo nº. 35.335.959-8 (objeto do termo/Aditivo ao parcelamento 206/99 nos termos da MP 1891/99) = R\$ 534.849,49 + honorários; Processo nº. 35.755.090-0 (objeto do parcelamento convencional adm.) = R\$ 375.435,43; Processo nº 35.355.960-1 e 35.517.410-3 (objeto do parcelamento Convencional Judicial) = R\$ 597.265,30 + honorários e R\$ 648.922,34 + honorários, atualizados até março de 2005, na forma da Medida Provisória nº 1571-3, de 17 de julho de 1997.”

**Art. 2º.** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 7 de dezembro de 2005.

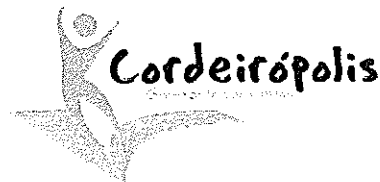
  
**Prof. CRISTIANO ANTONIO GUARASEMIN**  
*Presidente*

  
**REGINALDO MARTINS DA SILVA**  
*1º Secretário*

  
**GIOVANE HENRIQUE GENEZELLI**  
*2º Secretário*



Prefeitura  
Municipal de  
Cordeirópolis



**Lei nº 2300**  
**de 12 de dezembro de 2005**

**Dá nova redação a Ementa e ao artigo 1º da Lei Municipal nº 2269, de 13 de julho de 2005.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS, Estado de São Paulo:**

**Faco Saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.**

**Art. 1º - A ementa e o artigo 1º da Lei Municipal nº 2269, de 13 de julho de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:**

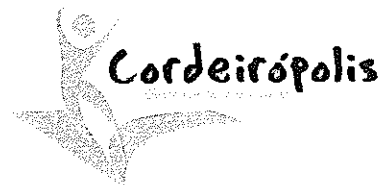
**“Dispõe sobre parcelamento de débitos oriundos de contribuições sociais e acessórias, do Hospital e Maternidade de Cordeirópolis, até a competência de dezembro de 2004, e dá outras providências”.**

**“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar em nome do Município de Cordeirópolis, com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Acordo de Parcelamento ou Reparcimento de débitos oriundos de contribuições sociais, bem como as decorrentes de obrigações acessórias, até a competência de dezembro de 2004, da Autarquia Municipal - Hospital e Maternidade de Cordeirópolis, nos valores atualizados para julho de 2005, Processo nº 35.355.959-8 (objeto do termo/Aditivo ao parcelamento 206/99 nos termos da MP 1891/99) = R\$ 534.849,49 + honorários, Processo nº 35.755.090-0 (objeto do parcelamento Convencional adm.) = R\$ 375.435,43; Processo nº 35.355.960-1 e 35.517.410-3 (objeto do parcelamento Convencional Judicial) = R\$ 597.265,30 + honorários e R\$ 648.922,34 + honorários, atualizados até março de 2005, na forma da Medida Provisória nº 1571-3, de 17 de julho de 1997”.**

continua



Prefeitura  
Municipal de  
Cordeirópolis



Lei nº 2300/05

continuação

fls: 02

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**, aos 12 de dezembro de 2005, 57 da Emancipação Político Administrativa do Município.

  
**CARLOS CEZAR TAMIAZO**  
Prefeito Municipal

Publicada, e registrada no Paço Municipal “**ANTONIO THIRION**”, em 12 de dezembro de 2005.

  
**JOSÉ APARECIDO BENEDITO**  
Coordenador Administrativo Chefe  
Departamento de Administração

## **Lei nº 2299 de 05 de dezembro de 2005**

Autoriza o Poder Executivo a firmar convênios e ou termos aditivos com entidades governamentais, não governamentais ou particulares de Cordeirópolis, conforme específica e dá outras providências.

**O Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo:**

**Faço Saber** que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e ou termos aditivos com entidades governamentais, não governamentais ou particulares visando implementar, subsidiariamente, as atividades a serem desenvolvidas em programas junto ao Município para assegurar a ampliação e o melhor atendimento da população nas áreas referentes à agricultura, ao comércio, à saúde, à assistência social, à educação, à cultura e ao desporto.

**Art. 2º** - A Prefeitura Municipal de Cordeirópolis incumbirá, por seus órgãos competentes, na vigência dos convênios e de acordo com as suas disponibilidades financeiras:

**I** – coordenar e supervisionar a execução dos convênios;

**II** – ceder instalações, móveis, máquinas e veículos que se fizerem necessários, reservando a sua propriedade;

**III** – utilizar materiais, inclusive de construção, máquinas e equipamentos e pessoal, de acordo com a finalidade de cada convênio:

**Art. 3º** - As entidades que firmarem convênio com a Prefeitura Municipal de Cordeirópolis caberá ceder suas instalações e equipamentos, quando solicitados pela Municipalidade, bem como cumprir outras obrigações estabelecidas no respectivo convênio.

**Art. 4º** - Os convênios serão firmados por prazo ...determinado, a partir de sua assinatura, podendo, no entanto, serem rescindidos, a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias, assim como alterado de comum acordo pelas entidades convenientes.

**Art. 5º** - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementada se necessário.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Cordeirópolis**, aos 05 de dezembro de 2005, 57 da Emancipação Política Administrativa do Município.

**Carlos Cezar Tamiazo**  
Prefeito Municipal

Publicada, e registrada no Paço Municipal “ANTONIO THIRION”, em 05 de dezembro de 2005.

**José Aparecido Benedito**  
Coordenador Administrativo-chefe  
Departamento de Administração

## **Lei nº 2300 de 12 de dezembro de 2005**

Dá nova redação a Ementa e ao artigo 1º da Lei Municipal nº 2269, de 13 de julho de 2005.

**O Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo:**

**Faço Saber** que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

**Art. 1º** - A ementa e o artigo 1º da Lei Municipal nº 2269 de 13 de julho de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre parcelamento de débitos oriundos de contribuições sociais e acessórias, do Hospital e Maternidade de Cordeirópolis, até a competência de dezembro de 2004, e dá outras providências”.

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar em nome do Município de Cordeirópolis, com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Acordo de Parcelamento ou Reparcimento de débitos oriundos de contribuições sociais, bem como as decorrentes de obrigações acessórias, até a competência de dezembro de 2004, da Autarquia Municipal - Hospital e Maternidade de Cordeirópolis, nos valores atualizados para julho de 2005, Processo nº 35.355.959-8 (objeto do termo/Aditivo ao parcelamento 206/99 nos termos da MP 1891/99) = R\$ 534.849,49 + honorários, Processo nº 35.755.090-C (objeto do parcelamento Convencional adm.) = R\$ 375.435,43; Processo nº 35.355.960-1 e 35.517.410-3 (objeto do parcelamento Convencional Judicial) = R\$ 597.265,30 + honorários e R\$ 648.922,34 + honorários, atualizados até março de 2005, na forma da Medida Provisória nº 1571-3, de 17 de julho de 1997”.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Cordeirópolis**, aos 12 de dezembro de 2005, 57 da Emancipação Política Administrativa do Município.

**Carlos Cezar Tamiazo**  
Prefeito Municipal

Publicada, e registrada no Paço Municipal “ANTONIO THIRION”, em 12 de dezembro de 2005.

**José Aparecido Benedito**  
Coordenador Administrativo-chefe  
Departamento de Administração

## **Lei nº 2314 de 14 de dezembro de 2005**

(Projeto de Lei nº 113/2005, do vereador Cristiano Antonio Guarasemin)

Revoga dispositivos da Lei nº 2233, de 30 de dezembro de 2004.

**O Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo:**

**Faço Saber** que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu promulgo a seguinte Lei.

**Art. 1º** - São revogados o inciso V, a alínea “a” e os itens 1, 2 e 3 do artigo 7º da Lei nº 2233, de 30 de dezembro de 2004.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Cordeirópolis**, aos 14 de dezembro de 2005, 57 da Emancipação Política Administrativa do Município.

**Carlos Cezar Tamiazo**  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada no Paço Municipal “Antonio Thirion”, em 14 de dezembro de 2005.

**José Aparecido Benedito**  
Coordenador Administrativo-chefe  
Departamento de Administração

## **Lei nº 2305 de 12 de dezembro de 2005**

autoriza o Município de Cordeirópolis a celebrar convênio com a União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, objetivando a construção de uma unidade de saúde no Jardim Cordeiro, conforme especifica.

**Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo**

**Faço Saber** que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu promulgo a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Fica o Município de Cordeirópolis através de seu Prefeito Municipal, autorizado a celebrar Termo de Convênio e eventuais aditamentos com a União Federal, Ministério da Saúde - Fundo Nacional da Saúde), por intermédio da Caixa Econômica Federal para construção de uma Unidade de Saúde no Jardim Cordeiro.

**Art. 2º** - O valor do convênio será de R\$ 144.200,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais e duzentos centavos), participando a União, por intermédio da Caixa Econômica Federal, com a importância de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais) e o município de Cordeirópolis com a contrapartida de R\$ 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais).

**Art. 3º** - Para atender despesas decorrentes das disposições do artigo anterior, fica autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de R\$ 44.200,00 (Cento e quarenta e quatro mil, duzentos reais).

**Parágrafo único** - Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo serão aqueles elencados no **art. 43, § 1º**, da Lei Federal nº 4320/64.

**Art. 4º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Cordeirópolis**, aos 12 de dezembro de 2005; 57 da Emancipação Político-Administrativa do Município.

**Carlos Cezar Tamiazo**

Prefeito Municipal

Publicada e registrada no Paço Municipal "Antonio Thirion", em 12 de dezembro de 2005.

José Aparecido Benedito  
Coordenador Administrativo-chefe  
Departamento de Administração

## **Lei nº 2306 de 12 de dezembro de 2005**

Autoriza o Município de Cordeirópolis a celebrar Convênio com a União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde - Fundo Nacional da Saúde, objetivando a aquisição de medicamentos para saúde, conforme especifica.

**O Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo**

**Faço Saber** que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu promulgo a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Fica o município de Cordeirópolis através de seu Prefeito Municipal, autorizado a celebrar Termo de Convênio e eventuais aditamentos com a União Federal, através do Ministério da Saúde - Fundo Nacional da Saúde, por intermédio da Caixa Econômica Federal para aquisição de medicamentos para saúde.

**Art. 2º** - O valor do convênio será de R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais), participando a União, por intermédio do Ministério da Saúde - Fundo Nacional da Saúde, com a importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e o município de Cordeirópolis com a contrapartida de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

**Art. 3º** - Para atender despesas decorrentes das disposições do artigo anterior, fica autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais).

**Parágrafo único** - Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo serão aqueles elencados no **art. 43, § 1º**, da Lei Federal nº 4320/64.

**Art. 4º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Cordeirópolis**, aos 12 de dezembro de 2005; 57 da Emancipação Político-Administrativa do Município.

**Carlos Cezar Tamiazo**

Prefeito Municipal

Publicada e registrada no Paço Municipal "Antonio Thirion", em 12 de dezembro de 2005.

José Aparecido Benedito  
Coordenador Administrativo-chefe  
Departamento de Administração